



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Ana Paula Gomes de Souza**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM**  
**AUTISMO: uma relação possível e necessária**

**BRASÍLIA**  
**2018**

**ANA PAULA GOMES DE SOUZA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM  
AUTISMO: uma relação possível e necessária**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como requisito à obtenção do título de graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita Silvana Santana dos Santos

**Brasília  
2018**

**ANA PAULA GOMES DE SOUZA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO  
UMA RELAÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação como requisito à obtenção do título de graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília.

Defendida e aprovada em: \_\_\_\_\_.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita Silvana Santana dos Santos  
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Margarida Lessa Catalão  
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sinara Pollom Zardo  
Faculdade de Educação - Universidade de Brasília

Dedico este trabalho a minha família, em especial ao meu melhor amigo e esposo, João Antonio, por todo incentivo, apoio e amor destinados na realização desse sonho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jesus, divino e amado mestre, ao meu Pai Seta Branca, a minha princesa Jurema, aos meus Mentores de luz e amor e ao Vale do Amanhecer por me conduzirem nesta passagem pela Terra, fazendo-me forte nos momentos de dificuldade.

Agradeço aos meus pais, Ivone Gomes e Luiz Carlos, e as minhas irmãs, Carla Leticia e Larissa, que sempre estiveram comigo, por vivermos juntos os momentos mais felizes e tristes de nossas vidas. Por todo amor que nos uni.

Agradeço ao meu esposo, João Antonio, que sempre me encheu de esperança e acreditou nos sonhos que traçamos juntos. A ele sou grata por me fazer enxergar o que realmente importa nessa passagem aqui pela Terra e que sempre é possível ajudar um pouco mais ao nosso próximo.

Agradeço a minha cunhada, Edeltrudes, pelos dias de estudos para o tão esperado vestibular, pelos desabafos mútuos, pela troca de experiência e pelas conversas cheias de ansiedade e medo, que no final se transformavam em esperança e rizada.

Agradeço ao Colégio Madre Carmen Sallés, pela oportunidade de estágio. Onde vivi a primeira experiência com uma turma, pela construção diária de saberes e amizades em volta das crianças do período integral. Agradeço à professora Marcele, pelo ensino, pela paciência e pelo carinho dedicados a mim e aos nossos alunos.

Agradeço à Mara Carolina, por todo carinho, respeito e ternura em nossa convivência. Pela segurança de compartilharmos nossas inseguranças e anseios momentâneos com a certeza de que tudo daria certo. Peço a Deus que ilumine seu caminho e que você continue espalhando luz por onde passar.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita Silvana, por me acolher de forma tão carinhosa em sua rotina de trabalho na Universidade, por me inspirar dentro da Educação Ambiental, por me fazer entender que a educação deve ser pensada dentro da diversidade e por compartilhar seus saberes de forma emancipadora.

Agradeço à Universidade de Brasília por me proporcionar o contato com pessoas que ficarão para sempre em minha vida, por abrir minha mente para além das possibilidades e por me fazer acreditar que dias melhores virão.

Agradeço a toda minha família, aos amigos e aos colaboradores que estiveram comigo nessa jornada e que contribuíram para que eu seja quem sou hoje, e, mais do que isso, quem espero ser no futuro. Compartilho com todos essa conquista.

A Ciência que nega a fé é tão inútil quanto a fé que nega a ciência.

Tia Neiva

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar as contribuições da educação ambiental para inclusão escolar de alunos com autismo. O contexto da pesquisa se concentra em analisar os documentos norteadores, as práticas pedagógicas e a percepção docente em uma escola de Educação Infantil, localizada em Brasília-DF, a qual possui em sua prática educativa e curricular os ideais de Educação Ambiental como ação inclusiva e interdisciplinar. A partir de entrevistas, observações e análise documental, é possível entender a educação ambiental como meio de consideráveis possibilidades para a inclusão de alunos com autismo, agindo como fator de ressignificação de suas potencialidades e possibilidades no contexto escolar. Conclui-se a pesquisa apontando Educação Ambiental, Inclusão e Autismo como uma relação não só possível, mas necessária para se alcançar uma realidade educativa e socioambiental sustentável e emancipadora do ser humano.

**Palavra-chave:** Educação Ambiental. Autismo. Inclusão.

## **ABSTRACT**

The present work aims to address the contributions of environmental education to the inclusion of students with autism. The context of the research focuses on analyzing the reality and understanding of the teachers who work in the Kindergarten located in Asa Norte, Brasília-DF, which has in its educational and curricular practice the ideas of Environmental Education as an inclusive and interdisciplinary action. The data obtained from interviews and observations show environmental education as a means of considerable possibilities for the inclusion of students with autism acting as a means of re - signification of their potentialities and possibilities in the school context. The research concludes that Environmental Education, Inclusion and Autism as a relationship not only possible but necessary to achieve a sustainable educational and socio-environmental reality and emancipating the human being.

Keywords: Environmental Education. Autism. Inclusion.

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL</b> .....	9
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	15
1.1 Contexto Nacional: Entendendo a Educação Ambiental e Inclusiva .....	20
<b>2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INCLUSÃO E AUTISMO NA ESCOLA</b> .....	26
2.1 Mas o que é o autismo? .....	27
2.2 Observação e análise documental escolar pesquisada.....	32
<b>3 PERSPECTIVA E REALIDADE DOS PROFISSIONAIS</b> .....	39
3.1 Relato de pesquisa nº 1 - Diretora .....	39
3.2 Relato de pesquisa nº 2 - Docente .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	53
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO FINAL DE CURSO</b> .....	55

## MEMORIAL

Meu nome é Ana Paula Gomes de Souza, tenho 25 anos, nesse momento contarei um pouco sobre a minha vida escolar, como cheguei ao curso de Pedagogia na Universidade de Brasília (UnB) e por que me interessei pela Educação Ambiental.

Fui alfabetizada aos 6 anos na Escola CAIC Assis Chateaubriand de Planaltina-DF, direto na 1ª série. Lembro muito bem do meu primeiro contato com as letras. Posso dizer que fui alfabetizada a partir do meu nome, então a maior parte das palavras trabalhadas em sala com a letra A sempre me chamaram atenção. Comecei a gostar de tudo que começava com a primeira vogal, em especial das palavras que me ligavam à natureza, sendo elas: Árvore, Água e Ar. A partir dessas palavras, lembro-me de outras como a minha fruta preferida, Abacaxi, e, em seguida, os sentimentos que ao longo do ano a professora foi trabalhando com a turma, Amor, Alegria e Atenção. Acredito que minha relação com a educação, com a natureza e com o mundo começou então com estas palavras e se fizeram parte de mim.

Estudei durante toda a educação básica em escolas públicas localizadas em Planaltina-DF. Sempre morei com meus pais, Ivone Gomes e Luiz Carlos, e minhas irmãs e melhores amigas. Carla Leticia e Larissa, eu sou a mais velha das três espãs, digo irmãs. Sempre, em qualquer circunstância, estávamos juntos. Com eles pude entender que a família é de fato o nosso alicerce e que não importam as dificuldades e, sim, a vontade de vencer e lutar por dias melhores.

Ao terminar o ensino médio, trabalhei durante dois anos em uma loja, no Shopping Pátio Brasil, e ingressei em um cursinho pré-vestibular, pois não tinha interesse de cursar graduação se não fosse na UnB, ela sempre foi meu grande sonho. Trabalhava durante o dia e a noite ia para o cursinho. No entanto, com a rotina grande de trabalho, não me dedicava o necessário para passar na seleção.

Casei-me aos 21 anos de idade, em 2013, com meu melhor amigo e grande amor João Antonio. Com sua ajuda, consegui realmente me dedicar e lutar por este sonho. Passei apenas a estudar e, no 2º semestre de 2014, passei no vestibular. Foi um grande sonho se tornando realidade.

Ao longo dos meus estudos, na educação básica, sempre me interessei por assuntos como ciência, natureza, árvores e plantas. Ao chegar à graduação, procurava um caminho que me levasse a eles, e a Educação Ambiental me mostrou um caminho possível e além do que esperava: o caminho da educação para preservação do nosso meio, do nosso planeta Terra.

Apaixonei-me pelas possibilidades de atuação como profissional de educação, sobretudo dentro da educação ambiental. As disciplinas e os projetos que envolviam este assunto eram os primeiros a serem feitos e escolhidos.

Algo fundamental em minha vivência dentro da universidade, foi a realização de projetos dentro da educação ambiental com a professora Claudia Dansa, sendo realizado em assentamentos perto da localidade de Planaltina-DF, na alfabetização de jovens e adultos. Esta experiência foi muito engrandecedora, poder estar com pessoas tão fortes me fez perceber que ia aos encontros na tentativa de ensinar, mas sempre era eles que me ensinavam.

Ao encontrar a professora Rita Silvana, percebi que a educação ambiental é muito mais do que ensinar a cuidar dos recursos naturais e do próprio planeta, mas, sim, englobar e valorizar toda diversidade existente em nossa cultura.

Ao iniciar meu estágio obrigatório, tive oportunidade de ter um contato maior com alunos autistas, nesse mesmo período, conheci o sobrinho do meu cunhado que possui autismo moderado, a partir daí minha curiosidade pelo autismo não parou mais.

Pesquisei artigos, dissertações, pesquisas médicas e notícias, e cada vez me surpreendendo mais ao perceber a importância de entender esses dois campos dentro de sua diversidade e que é possível pensar em uma nova sociedade e, assim, uma nova educação. Sinto-me muito feliz em poder desenvolver uma pesquisa envolvendo esses dois campos dentro da educação e colaborar para sua discussão no meio acadêmico.

Agora, restando alguns passos para a tão sonhada formatura, posso dizer que, a partir de tudo que vivi aqui, pude descobrir o que realmente desejo para minha vida, o tipo de pessoa que quero lutar para ser todos os dias, uma profissional dedicada e comprometida com meus ideais.

Por isso, eu só tenho a agradecer a Deus pela oportunidade, a minha família, aos meus professores e à Universidade de Brasília por tudo que vivi, por tudo que hoje eu sou e pelo que serei.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a relação entre educação ambiental, inclusão e criança com autismo a partir de percepção dos profissionais da educação, observações e análise documental de Instituição de Educação Infantil, sendo guiado por uma pergunta central: como a Educação Ambiental pode contribuir para o processo de inclusão de crianças com autismo no contexto escolar?

Esta pergunta foi formulada a partir de reflexões acerca de lei e decretos existentes em nosso país que dispõem sobre a inclusão escolar da criança com autismo e a educação ambiental como caminhos para a cidadania e o direito ao seu desenvolvimento pleno e inclusivo. Também foram importantes as experiências vividas no seio familiar e escolar que me levaram a leituras críticas sobre a necessidade de se pensar em uma sociedade que seja de fato acessível a todos, que proporcione a busca pelo desenvolvimento pleno da criança, seja ela autista ou não.

Destaca-se a busca por um ambiente escolar acolhedor, ambientalmente acessível e justo, como na perspectiva de Baptista (2006) e Beyer (2006), que defendem a superação da exclusão a partir do posicionamento escolar que deve desenvolver as potencialidades de cada um, visando a um ambiente que valorize o outro e potencialize os tipos de aprendizagem. A educação ambiental, segundo Sato (2004), é um elemento fundamental para desenvolver a perspectiva dos alunos enquanto seres pertencentes e participantes do meio em que vivem. Por isso, a necessidade de pesquisar o que os professores percebem dessa realidade, visando à busca de novos meios para a concretização da perspectiva de educação e sociedade ambientalmente equilibrada, inclusiva e justa para todos.

Percebe-se que as leis conversam entre si, mas que não são suficientes para assegurar o desenvolvimento da criança com autismo. Pois, é possível notar, a partir de vivência escolar, pesquisas acadêmicas e observação crítica da realidade, que é necessária uma articulação entre ações de governo e sociedade. Com isso, ressalta-se a importância de que todos tenham acesso aos seus direitos e deveres e de que se perceba que não é possível mudanças sociais sem colocar a educação em posição de destaque, reconhecendo que, a partir dela, é possível acessar outros direitos.

A escola traz, em sua função social, além do ensino-aprendizado de seus alunos, a capacidade de agir criticamente diante de situações que lhe são impostas, de conscientizar quanto à forma como a organização social e política tem se formado dentro da história e de preparar o estudante para exercer seu papel de cidadão.

Dentro deste aspecto, o autor Noal (2006) traz sua perspectiva transdisciplinar sobre os temas socioambientais, pois entende que todos os assuntos que levantam questões sociais estão interligados às demais áreas da sociedade.

As questões socioambientais são, na sua essência multi, inter e transdisciplinar, pois perpassam e interligam além das questões sociais e ambientais questões econômicas, políticas, estéticas e culturais mesmo que na maioria das vezes não sejam tratados desta forma, ela abriga uma diversidade de componentes e variáveis multidimensionais que exigem abordagens e interpretações sistêmicas e não deterministas. (NOAL, 2006, p. 376).

A escola, portanto, assume seu papel articulador sobre a compreensão de mundo e ação política e sua formação sociocultural enquanto ambiente fundamental para que realmente se construa o desenvolvimento social, a ligação entre indivíduo e meio.

Como objetivo geral desta pesquisa a saber:

- Analisar as contribuições da educação ambiental para inclusão escolar de alunos com autismo.

Como objetivos específicos:

- Analisar como educação ambiental e educação inclusiva são abordadas no Projeto Político Pedagógico da Instituição.
- Compreender a percepção dos profissionais da educação quanto a educação ambiental e educação inclusiva, sobre tudo no ambiente escolar em que trabalham e como este ambiente implica na inclusão de alunos com autismo.
- Realizar observações quanto ao espaço físico e as práticas pedagógicas exercidas pelos profissionais de educação da Instituição.

O trabalho que se apresenta está dividido em três capítulos e considerações finais incluindo as perspectivas futuras. O primeiro capítulo discute sobre as interligações entre Educação Ambiental e Educação Inclusiva dentro das esferas política, educacional e social.

No segundo capítulo, busca-se discutir o Transtorno do Espectro Autista (TEA), dentro de uma prática inclusiva de educação ambiental desenvolvida em uma escola de educação infantil situada no Distrito Federal, a partir da análise do espaço físico, do Projeto Político-Pedagógico e do currículo da escola.

O terceiro capítulo trata da percepção dos profissionais da educação quanto aos assuntos já mencionados, visando entender, questionar e perceber o que estes profissionais entendem por educação inclusiva e como a percebem em seu contexto escolar, especialmente por se tratar de uma instituição que trabalha com o princípio da sustentabilidade socioeconômica.

A metodologia do trabalho baseia-se na perspectiva da Etnopesquisa Crítica (MACEDO, 2010), que coloca como fundamental o meio social e cultural ao qual os sujeitos da pesquisa estão inseridos, indicando estes sujeitos como base da pesquisa, além de incluir o pesquisador no contexto de pesquisa e análise, dando significado ao contexto estudado para que, assim, se alcance entendimento sobre as questões propostas. Compactuando com Macedo (2010), o pesquisador tem a oportunidade de transformar, mudar e reconstruir o meio em que atua, se colocando muitas vezes como sujeito da pesquisa, ressaltando-o olhar minucioso para o contexto, as diferenças e o dito e o não dito de cada envolvido, elaborando, dessa forma, uma maneira justa, crítica de se pesquisar.

Apoiando-me na perspectiva da Etnopesquisa para interpretar e refletir as respostas obtidas, trazendo o sentido de interpretação, da troca ocorrida, que visando entender o real sentido da comunicação, sendo assim, não é possível enquadrar esta comunicação em modelos ou regras, pois é o pesquisador que irá indicar o que de fato é relevante para a pesquisa.

A análise de conteúdo é um recurso metodológico interpretacionista que visa descobrir o sentido das mensagens de uma dada situação comunicativa. Está longe, portanto, de um modelo aplicativo, enquadrado em qualquer regra fixa. Daí o pesquisador ser, com seu *background*, o principal instrumento das análises. (MACEDO, 2010 p. 145).

O contexto do qual a escola faz parte se enquadra primeiramente em uma área considerada privilegiada da região central de Brasília, onde existe uma variação notável no poder aquisitivo das famílias, muitas crianças são filhas e filhos de empregados dos prédios e comércios perto da localidade e outras de funcionários públicos que moram nos prédios vizinhos à escola.

Essa pesquisa etnográfica, que se identifica com uma pesquisa qualitativa, tem por objetivo, em seus instrumentos de observação, uma percepção sensível acerca de ambiente e sujeitos da pesquisa, que, neste caso, são o próprio ambiente escolar e os profissionais da educação, percebendo seu contexto, gestos, modo de comunicação e linguagens que ultrapassem o campo da oralidade. A diretora da instituição e a professora dos alunos com autismo foram entrevistadas, em momentos distintos. É importante ressaltar que a entrevista com a gestora foi gravada e com docente foi respondida por escrito, ocorrendo no período do mês de novembro. Foi elaborado um roteiro com perguntas norteadoras, mas que foram ajustadas conforme as respostas das profissionais envolvidas. Isso possibilitou obter mais informações a respeito das percepções da docente e da gestora.

As considerações finais tratam de uma reflexão quanto aos apontamentos que a pesquisa conseguiu alcançar, buscando assumir uma postura crítica, pensando em intervenções possíveis e reais quanto aos objetivos propostos. Perspectivas futuras tratam dos planos que pretendo realizar ao término da graduação

## 1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Começo a identificar possíveis conexões a partir das análises dos resultados das Conferências e Encontros sobre de Educação Ambiental e de Educação Inclusiva com o propósito de se discutir um melhores condições de se viver no mundo.

Um marco dentro da Educação ambiental ocorreu em 1975, realizado em Belgrado na Iugoslávia, organizado pela Organização para Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas, UNESCO, conhecido com Encontro de Belgrado. Que teve como principal questão a importância de se discutir melhores condições de vida não só a partir de Governos e Políticas, mas, sim através da educação.

Nós necessitamos de uma nova ética global - uma ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera; que reconheça e responda com sensibilidade às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza, e entre os povos. (Carta de Belgrado,1975)

Ressaltando a importância de se pensar em qualidade de vida a todas as pessoas e do meio ambiente, como é possível observar no trecho abaixo, trazendo uma perspectiva de interação entre culturas, e a própria inclusão de todas as pessoas sobre o meio.

Antes que essas mudanças de prioridades sejam atingidas, milhões de indivíduos deverão ajustar as suas próprias prioridades e assumir uma ética global individualizada, refletindo no seu comportamento o compromisso para melhoria da qualidade do meio ambiente e da vida de todas as pessoas. (Carta de Belgrado,1975)

A Carta de Belgrado finaliza ressaltando a importância de se pensar novos conceitos sobre educação ambiental, pautado na formação de novos valores que vise a qualidade de todos sobre o planeta terra. Buscando assim, segundo entendimento pessoal a importância da inclusão, valorização das culturas e das coletividade sobre o meio ambiente.

É dentro desse que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. (Carta de Belgrado,1975)

Em Tbilisi, no ano 1977, ocorre um dos mais importantes eventos internacionais já realizados em defesa da educação ambiental, organizado pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA, intitulado “Primeira Conferencia Intergovernamental sobre Educação Ambiental”, elaborando princípios, estratégias e ações orientadoras em Educação Ambiental, que influenciam até mesmo nos dias atuais.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 1992 e a RIO+20 em 2013, deixaram seu símbolo dentro desta busca, símbolos estes que foram lembrados e serviram de ponte para novas conferências que avançaram em sua temática sobre sustentabilidade. Evento fundamental que ocorreu em paralelo à Rio+20 foi a Cúpula dos Povos, organizado por movimentos sociais e sociedade civil de vários países, com o objetivo de debater a questão ambiental e problemas sociais, a fim de se propor soluções para tais temáticas. Um evento baseado em inclusão, direitos e diálogo sobre os problemas enfrentados pela sociedade.

No mesmo período, também aconteceu a criação de espaços oficiais, no Rio Centro e no Parque dos Atletas, que trouxe a perspectiva de que todos os espaços deveriam ser acessíveis às pessoas com deficiência, sendo implementados espaços com modificações que trouxessem a acessibilidade para os participantes deficientes, material em Braile, intérpretes e voluntários capacitados para intervenções de auxílio. Segundo dados do evento no Rio Centro, houve 50 voluntários com deficiência, pontos de ajuda com mecanismos tecnológicos, como *tablets*, computadores e veículos adaptados, com o objetivo de deixar o ambiente totalmente inclusivo.

De acordo com os dados do relatório Mundial sobre Deficiência, lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011, com dados de 80 países, há cerca de 1 bilhão de pessoas deficientes no mundo todo, que, segundo os mesmos estudos, vivem de subempregos, miséria e fome.

No Brasil, segundo dados Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira INEP- 2016, divulgou que 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidade incluídos em classes comuns, em 2008, este percentual era de 31%. O INEP segue a Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, que é ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do decreto nº 6949/2009 que discorre que pessoa com deficiência são aquelas com impedimentos de longo prazo, física, mental, intelectual ou sensorial.

A partir desses estudos, instalam-se alguns questionamentos: é possível pensar em uma sociedade sustentável sem a inclusão de pessoas com deficiência? É possível pensar em uma sociedade sustentável sem de fato entender que, dentro desta dita deficiência, existe uma identidade, um ser, que deve ser valorizado, cuja potencialidade e cujos desafios devem ser levados em consideração? As conferências tiveram como ponto de debate essas perguntas de forma a criar caminhos para que inclusão e cidadania de fato pudessem acontecer.

Com a grande discussão iniciada no mundo todo sobre a necessidade de pensar em uma sociedade mais justa e equitativa para todos, o Brasil deu início, como iremos perceber adiante, ao debate dentro do campo político, educacional e social, partindo dos movimentos sociais e da própria legislação brasileira, que colocam a educação ambiental e a inclusão da pessoa com deficiência como direito, meio pelo qual se deve alcançar a cidadania e a justiça social.

A Educação Ambiental na Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu Art. 225, dispõe que todos devem ter acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo fundamental para desenvolvimento da vida e dever de todos zelar pelo meio ambiente a fim da preservação para a futura geração. No entanto, a principal lei dentro da esfera brasileira e que de fato manifestou ações efetivas em um contexto federal, entre outras, foi a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, trata da Política Nacional de Educação Ambiental, trazendo uma visão de construção de valores sociais, a partir de processos, individual e coletivo, essenciais para qualidade de vida e sua sustentabilidade, além da articulação entre as esferas nacionais, União, Estados e Municípios, pública e privada, colaborando para ações conscientes sobre o meio ambiente.

Sobre inclusão, Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu Art. 3º, sobre “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em seu Art. 205, a Carta Magna dispõe sobre “educação como direito de todos garantido o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. A CF/88 estabelece, no Art. 206, a igualdade de acesso e permanência na escola e, no Art. 208, o atendimento especializado de crianças preferencialmente na rede regular de ensino, evidenciando o direito de todos a um desenvolvimento justo e com equidade.

Dentro desta perspectiva de inclusão, um marco legal aconteceu em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação (MEC, 2008), tendo como objetivo ratificar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, colocando como eixos fundamentais a acessibilidade e a transversalidade do ensino especial em todos os níveis da educação, incluindo formação de

profissionais, atendimento especializado, acessibilidade arquitetônica e intersetorialidade na implementação de políticas públicas. Esse marco legal foi ratificado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que estabelece o dever do Estado para com a Educação das pessoas com Transtorno do Espectro Autistas e altas habilidade, considerando-as e garantindo a elas os mesmos direitos da pessoa com deficiência.

O documento mencionado acima traz em suas diretrizes: i) a garantia do sistema educacional inclusivo para todos os níveis, com base na igualdade de oportunidade, sem exclusão, e no aprendizado ao longo da vida; e ii) o atendimento especializado dentro da intersetorialidade, que trouxe o apoio técnico e financeiro do Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos e o apoio exclusivo para com a educação especial, entre outras diretrizes, promovendo avanços no sistema educacional de inclusão da pessoa deficiente na sociedade brasileira. É possível perceber com o disposto que há uma preocupação dentro da legislação para com a formação de uma sociedade que enxergue e valorize práticas sustentáveis de vida.

É fundamental salientar que pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade e superdotação se enquadram nos mesmos direitos da lei da pessoa com deficiência, sendo assim, devem ser tratadas com justiça, equidade e valorização. No entanto, as leis que garantem o direito da pessoa com deficiência representam grande avanço na legislação, mas não são suficientes para alcançar as mudanças necessárias dentro da sociedade, como a quebra de preconceitos, os subempregos, a falta de acesso aos profissionais necessários, além do próprio acesso aos espaços sociais que muitas vezes lhe são negados.

Segundo Sasaki (1997), a inclusão social é constituída por ações que a sociedade implementa para que as pessoas com deficiência possam atuar de forma a se enxergarem como cidadãos atuantes no meio. O autor afirma que

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual as pessoas ainda são excluídas, e a sociedade busca, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos. (SASSAKI, 1997, p. 30-31).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, como Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), coloca como primordial a acessibilidade para garantia da inclusão social, a fim de que se obtenha a equidade necessária.

Importante ressaltar os 6 tipos de acessibilidade que Sasaki expõe e como todos estão envolvidos em nosso contexto de estudo sobre educação e sociedade.

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA:** É a forma de acessibilidade sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo; **ACESSIBILIDADE ATITUDINAL:** refere-se à acessibilidade sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, em relação às pessoas em geral; **ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL** É a acessibilidade que dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais) escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc. incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). **ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL:** Sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.) **ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA:** Sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística, etc.) de educação dos filhos (familiar). **ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA:** Sem barreiras-muitas vezes imperceptíveis- embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais). (SASSAKI 2009, p.1-2).

É necessário implementar ações governamentais efetivas que dialoguem com as instituições fundamentais da sociedade e que estejam em consonância com as normas a favor da acessibilidade, pensando em possibilidades de acesso e permanência da criança em seu meio de vida. Segundo Borges (2014), nos dias atuais, é fundamental pensar em política inclusiva baseada em intersectorialidade e transversalidade para que de fato se cumpram os direitos de todos. Por isso, é fundamental, para a construção de uma sociedade sustentável, uma educação inclusiva para que, assim, o sentimento de pertencimento à sociedade se torne concreto, especialmente para as pessoas com deficiência.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou, em 2009, o documento “Tornar a Educação Inclusiva” (AINSCOW, 2009), em que foi discutido o tema inclusão de forma acentuada, especialmente no âmbito escolar. A autora Ainscow (2009) afirma que o processo de inclusão deve ser a base de nossos valores, para que, assim, de fato a inclusão se torne realidade. Os valores inclusivos estão ligados à igualdade, à participação, ao respeito pelas diferenças, à sustentabilidade e ao direito.

Ainscow (2009) exemplifica que os valores de participação estão ligados ao estar e contribuir com o próximo, construindo o envolvimento com o meio, reconhecendo as várias identidades existentes, fator importantíssimo para que as pessoas sejam aceitas como de fato são, dentro de uma comunidade que também é reconhecida. Esse caminho ressalta o valor social da educação como instituição que potencializa relações de respeito e colaboração entre os envolvidos, gerando, assim, espaços de respeito e sentimento de pertencimento ao meio em que se vive, “cultivando” o sentimento de serviço público e a própria cidadania.

A sustentabilidade, segundo a autora, se liga à educação inclusiva ao passo que a educação busca, em seus objetivos primeiros, a preparação para que crianças e jovens vivam de forma sustentável e em equilíbrio com as esferas sociais. Acrescento que a sustentabilidade se conecta à educação inclusiva nos aspectos de busca por equidades das oportunidades, sem exploração e exclusão de minorias.

O direito como valor se traduz na questão do direito a uma educação que forme a pessoa de maneira ampla para que, assim, consiga exercer diversos papéis sociais. Por isso, a inclusão deve levar, segundo Ainscow (2009), a uma efetiva participação das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades, de forma que valorize suas identidades, que abarque as diversas culturas e maneiras de colaboração nas decisões sobre meio em que vive. Uma escola inclusiva não é aquela com um modelo ideal, mas, sim, a que está em constante transformação, apoiando as diferenças, incluindo todas as formas de aprendizado e contribuindo para a valorização da diversidade.

Os organismos são sujeito e objeto da evolução, tanto produzem o ambiente quanto são produzidos por ele. Esta auto-criação depende do movimento como percepção e relação com o meio. O conhecimento emerge do corpo como uma unidade em ação: de pensar, de amar, de andar, de sentir, de prever etc. Esta experimentação sensível dos indivíduos com outros indivíduos mediada pelo ambiente renova e diversifica a vida na Terra. (CATALÃO, 2011, p. 80).

Catalão (2011) nos traz a ideia de pertencimento ao meio a partir de nossa própria identidade e de suas ações para com o indivíduo no intuito de se perceber como ser único que compõe um todo, composto por uma grande diversidade que compartilha o ambiente.

### **1.1 Contexto Nacional: entendendo a Educação Ambiental e Inclusiva**

Borges (2014), em seu livro *Sustentabilidade & Acessibilidade*, trata de aproximações teóricas, caminho e perspectivas de educação ambiental, inclusão e direito da pessoa com deficiência. Em sua obra, o autor traz alguns eventos nacionais que ficaram marcados por discutir e elaborar documentos que versam sobre a importância de colocar em prática a educação ambiental e inclusiva em todos os espaços da sociedade. Essa movimentação é iniciada a partir dos estudos do autor nos anos 2000, com o intuito de debater e gerar conhecimento acerca do tema educação ambiental e inclusão social. Para entender os motivos

que geraram este cenário brasileiro nos anos 2000, faz-se necessário conhecer um pouco mais de seus antecedentes históricos traçados mundialmente.

A história da educação ambiental, segundo estudos de Borges (2014), está vinculada ao movimento ambientalista, em que há, no século XX, a preocupação com a preservação do meio ambiental e uma grande crítica às revoluções industrial e tecnológica, tendo como ponto central a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre os problemas do meio ambiente, em 1949, em que 24 países mostraram-se empenhados em programas de educação ambiental. Nas décadas seguintes, houve uma grande inclinação para os movimentos sociais marcados pela militância estudantil, artística e cientista, por exemplo, e, dentro deste contexto, também houve encontros sobre educação ambiental em que, por ação primeira da Unesco, no período entre 1968 e 1971, foram lançadas suas diretrizes. A partir desse momento, ocorreram inúmeros encontros, como o de Estocolmo, em 1972, em que foram criados o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Outros encontros importantes ocorreram em Belgrado, 1975, Tbilisi, 1977, Rio, 1992, e Thessaloniki, 1997. A partir desses encontros foram elaborados e publicados documentos importantes a respeito de diretrizes, estratégias, objetivos e propósito da Educação Ambiental na esfera mundial.

No Brasil, esses movimentos ambientais reverberaram na Constituição Federal de 1988, que estabelece, no Art. 225, inciso VI, que cabe ao Poder Público “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino”. A CF/88 também institui a política de inclusão social da pessoa com deficiência, originando a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, juntamente com outras leis e decretos, como Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Essas leis, documentos internacionais e declarações mundiais reforçaram a perspectiva de direitos humanos e de autonomia da pessoa com deficiência. A seguir, alguns exemplos destes movimentos que aconteceram no país.

Em Brasília no ano de 1997, acontece a Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental, sendo realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos hídricos e da Amazônia e Ministério da Educação e do Desporto, sendo norteados pelos seguintes temas: 1º Educação ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentável; 2º Educação Ambiental Formal: Papel e Desafios; 3º Educação Ambiental no processo de Gestão Ambiental; 4º A Educação Ambiental e as Políticas Públicas; 5º Educação Ambiental, Ética e Formação da Cidadania: Educação, Comunicação e Informação da Sociedade, a partir da legislação, normativos e orientações o Ministério da Educação desenvolve suas ações segundo três eixos:

1º a difusão e desenvolvimento da educação ambiental; 2º capacitação de recursos humanos e 3º produção de material didático e paradidático como apoio de alunos e docentes.

O tema 5º Educação Ambiental, Ética e Formação da Cidadania: Educação, Comunicação e Informação a Sociedade, traz ao meu ver um grande avanço no que diz respeito ao direito de todos a uma espaço efetivamente acessível, sobretudo no que diz respeito ao exercício da cidadania, introduzindo um movimento de inclusão sobre a educação ambiental.

Desta conferência resultou a Declaração de Brasília, que reafirmou o caminho para ações governamentais, empresas privadas e Organizações não Governamentais. Buscando seguir as referências de Tbilisi, Agenda 21 o Programa Nacional de Educação Ambiental que mais adiante foram apresentadas em Thessaloniki 1997 na Grécia, Conferência Internacional que envolveu a conscientização sobre sustentabilidade, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente.

Estes movimentos fortaleceram e influenciaram políticas governamentais em educação ambiental em âmbito Federal. Outros documentos fundamentais foram duas publicações: a primeira, do Ministério da Educação (1998), “A implementação da Educação Ambiental no Brasil” e a segunda, do Ministério do Meio Ambiente (2008), “As diferentes matrizes da Educação Ambiental no Brasil”, organizadas pela jornalista Silvia Czapski.

Faz-se necessário expor alguns marcos importantes no que diz respeito à discussão e à elaboração de conhecimento que aconteceram no Brasil. Os registros históricos sobre os dois temas, no que tange à criação de conhecimento, têm um marco em 2006, no VI Fórum Ibero-americano de Educação Ambiental, na cidade de Santa Catarina, ligando à Educação ambiental e à Educação inclusiva por meio de um relatório final que tratava de biodiversidade humana, limitações, potencialidades, preconceito e direitos humanos. Como propostas para dar continuidade a essa união, foram apresentadas a criação de bancos de projetos, a promoção de eventos e a inserção do tema educação inclusiva em todos os encontros de Educação Ambiental.

Em 2009, aconteceu o VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, no Rio de Janeiro, tratando da Educação Ambiental em um contexto de diálogo com a diversidade, trazendo a perspectiva e o reconhecimento dos educadores ambientais frente à situação política, ambiental e educacional vigente na época. O Fórum evidencia a importância dos princípios culturais e de seus educadores e que a educação ambiental deve estar em todos os lugares, além de exigir fortalecimento do diálogo entre EA e diversidade, garantindo a participação das pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultores e outras minorias em vulnerabilidade. O documento ficou intitulado “Carta da Praia Vermelha”.

O IV Colóquio de Pesquisadores em Educação Ambiental da Região Sul aconteceu em 2010 juntamente com o Encontro da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental, organizado

pela Universidade do Vale do Itajaí. Seu tema foi apresentado pelo título “Diálogos sobre sustentabilidade: desafios aos educadores frente às mudanças climáticas”. Este evento foi marcado pela acessibilidade, pois houve a disponibilização do material do evento em formato acessível (Braille) e o evento também foi pensado desde sua estrutura até suas programações sob a perspectiva da acessibilidade, segundo Borges (2014).

Em setembro de 2012, aconteceu, em Manaus, a Conferência SUDI 2012, “Sustentabilidade e Deficiência: novas práticas para um desenvolvimento mais inclusivo e acessível a todos”. Organizada por pesquisadores de Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Novo México e Universidade de Cornell, o objetivo foi debater sobre inclusão, direitos humanos, oportunidade de trabalho entre as populações em vulnerabilidade e Economia Verde.

O Encontro “Educação Ambiental e Educação Inclusiva: Contribuições para sustentabilidade socioambiental”, no Rio Grande do Sul, em 2012, foi organizado pelo Governo do Rio Grande do Sul, pela Faculdade Cenecista de Osório (FACOS) e pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de políticas Públicas para pessoas com Deficiência e Altas Habilidades (FADERS). O evento teve como ponto fundamental a formação de professores para atuar com a educação ambiental e inclusiva em conformidade com as políticas públicas.

Em maio de 2013, decorrente da Rio+20, o governo do Brasil organizou a Consulta Regional das Américas sobre deficiência e desenvolvimento, com participação de 20 países e inúmeras organizações não governamentais sobre deficiência e desenvolvimento, para a reflexão acerca de ações que seriam acordadas após 2015.

A Organização das Nações Unidas, em 2013, aprovou um documento sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência como aspecto fundamental para o desenvolvimento sustentável, a Carta Reunião de Alto Nível – ONU. O documento chama atenção sobre uma educação baseada em igualdade de oportunidades, não discriminação, acessibilidade, gratuidade e obrigatoriedade a todas as crianças, em especial às crianças deficientes em vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2016, a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), ofertou o curso “Educação Ambiental e Metodologias Colaborativas: Desafios e Possibilidades” com o objetivo de explorar, junto aos professores vinculados à rede, estratégias metodológicas baseadas nos pressupostos da transversalidade e transdisciplinariedade para a formação do sujeito ecológico, em uma perspectiva de elaborar, executar e avaliar projetos dentro da Educação Ambiental. Outro curso ofertado no mesmo ano pela instituição foi “Meio ambiente no Ensino Especial”,

tendo por objetivo a ampliação da discussão sobre as possibilidades da prática educativa ambiental direcionada à educação inclusiva, a fim de preparar e conscientizar toda a comunidade escolar sobre esta relação. Como exemplo, foi discutido o uso didático de hortas coletivas, como meio de ressignificação do ambiente escolar e da motricidade destes alunos.

Em novembro deste ano de 2018, no município de Lorena, localizado no Estado de São Paulo, ocorreu a III Conferência de Educação Ambiental, com tema: “Responsabilidade e cidadania - Unidos para a construção de uma sociedade mais ética, responsável, inclusiva e sustentável”, apresentando as principais ações dentro da Educação ambiental desenvolvidas em escolas, ambientes educativos e comunitários que ocorreram ao decorrer do ano. Um dos objetivos centrais do evento se concentra em criar mecanismos de ligação entre instituições, governos e comunidade civil sobre a Educação Ambiental.

A partir do exposto, é possível perceber que educação ambiental, inclusão e pessoas com deficiência têm ganhado destaque de forma geral na sociedade, no entanto, as políticas e ações governamentais continuam incipientes.

Ao longo da construção histórica dos movimentos ambientais e por inclusão, podemos observar que, já poucos sinais de convergência entre estas pautas, tanto nas ações de governo quanto nas lutas da sociedade.

O que é possível tratar é a crescente necessidade de buscar pontos em comum para que as agendas possam estar partilhando eixos para que garantam a construção de uma pauta comum. (BORGES, 2014, p. 142).

Faz-se necessário um olhar de mudança, de acessibilidade, para pessoa com deficiência na esfera social, econômica, política e educacional, pois reitero que apenas o direito imposto por lei não abarca as necessidades desses indivíduos. A educação ambiental é parte fundamental para o desenvolvimento da inclusão social desses sujeitos, atuantes e fortalecidos diante de seus direitos e deveres. Essa mudança será efetivada quando a inclusão chegar às instituições básicas da sociedade, como é o caso das instituições de ensino com práticas docentes adequadas, profissionais preparados e um ambiente acessível para o desenvolvimento pleno de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Inclui-se a necessidade de olhar o aluno autista como um ser único dotado de potencialidades e limitações, como qualquer outra criança, e que deve ser valorizado, entendendo que, independentemente do nível do autismo, deve-se valorizar sua personalidade, suas características próprias de pessoas com um desenvolvimento próprio, e fazendo com que o indivíduo se sinta pertencente ao meio ambiente e, assim, consiga contribuir para a melhoria dos espaços, preservando, educando e ensinando a si mesmo e ao próximo.



## 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INCLUSÃO E AUTISMO NA ESCOLA

Este segundo capítulo busca trazer a educação ambiental como forma de inclusão e garantia dos direitos da criança com autismo em um contexto escolar. Inicia-se, abaixo, discorrendo sobre o que é o autismo e o que a legislação nos fala sobre ele, em seguida, aborda-se a importância da inclusão dos autistas em um contexto social. Para ilustrar esta prática, apresenta-se a realidade de Jardim de Infância localizado na Asa Norte, o qual traz, em seu Projeto Político-Pedagógico, a transversalidade da educação ambiental, ressaltando hábitos sociais de inclusão e justiça para todos.

A educação ambiental, no contexto escolar, traz muitos benefícios às práticas pedagógicas, pois, a partir dela, tem-se uma compreensão consciente do meio ambiente de que se faz parte, formando um laço de pertencimento. É fundamental caracterizar o ambiente para além do conceito de fauna e flora, mas, sim, alcançando a relação naturezas-culturas em que estamos inseridos, o ambiente em que nos desenvolvemos, a comunidade em que estamos inseridos e a própria sociedade, como nos diz Catalão (2011, p. 81):

Com os sentidos recuperamos o significado, incorporamos a direção e evocamos os sentimentos nos pequenos gestos da vida cotidiana. A corporeidade como unidade perceptiva funciona como instrumento afinado de leitura do mundo que nos permite estar de forma congruente e inteira no ato existencial. O corpo guarda a memória da ação, podemos mesmo pensar que a sustentabilidade do conhecimento depende do registro corpóreo. Os sentidos despertos nos devolvem a vida cotidiana como uma aventura única possível de ser impregnada de sentido - valor e significado. Para transformar a cultura de consumo em cultura de cuidado o ser humano precisa voltar-se sobre si mesmo, afinar os sentidos para “colocar-se ao pé das coisas, junto delas e a elas unido” Leonardo Boff. A atitude transdisciplinar demanda um olhar sem viseiras e uma escuta sensível capaz de fazer emergir a natureza encoberta no corpo que sente.

À reflexão de Catalão (2011), é possível ligar as ideias de Tamaio (2000, p. 38) sobre pensar na inclusão do autismo dentro da educação ambiental como “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”. Com esta fala, os autores ultrapassam o sentido de educação ambiental como forma de proteção de “recursos” naturais, chegando a alcançar a consciência social e revelando uma postura crítica e ativa sob injustiças, segregações e imposições de padrões para com as minorias, dentre as quais estão as crianças com autismo. Um ser que aprende e se desenvolve de forma diferente percebe e vive o mundo de forma própria, o que gera a necessidade de inclusão, proteção e valorização de sua identidade.

Os autores Folberg *et al.* (2003) ressaltam a importância de incluir o aluno com autismo, visando a disponibilidade de se abrir para o novo. A escola deve ser um ambiente que valorize a realidade e necessidade deste ser, enxergando-o como indivíduo formado por um conjunto de potencialidades e desafios que devem ser compreendidos, estendendo este olhar a todos os alunos. Dessa forma, a inclusão na escola será o encontro em que as pessoas se sintam representadas, em que suas relações sejam construídas por meio do respeito e da equidade, visando à transformação de uma cultura de discriminação, exploração e desvalorização do diferente, para uma relação justa de compreensão, autonomia e cidadania do ser humano.

Jacobi (2003) afirma que a educação ambiental vem para trazer uma nova concepção de relação humana, levando em consideração várias formas de aprendizagem e do próprio conhecimento, para que se possa alcançar uma nova consciência local e planetária. Uma educação ambiental interdisciplinar que alcance as várias esferas do conhecimento é indispensável, relacionando o meio natural e social de forma sustentável. Com isso, entendemos que a inclusão faz parte dessa nova concepção de sociedade, que vise o ser dentro de sua unicidade, criando mecanismo para que o indivíduo possa se desenvolver e atuar em seu meio de maneira própria

Sendo assim, a intenção deste estudo é evidenciar e fortalecer o elo entre educação ambiental e inclusão como forma de desenvolvimento das potencialidades do aluno com autismo, colocando um cenário escolar de práticas sustentáveis como meio de inclusão. Dessa maneira, visa-se demonstrar nesta pesquisa a relação entre educação ambiental, inclusão e crianças com autismo como necessária e possível.

## **2.1 Mas o que é o autismo?**

Em 1943, um psiquiatra austríaco chamado Leo Kanner descreve a situação de 11 crianças com uma síndrome que afeta a interação social, a fala e uma preocupação com rotinas, com o que é permanente (NOGUEIRA, 2014).

Um ano mais tarde, por volta de 1944, o também austríaco Hans Asperger descreve a situação parecida com a descrita por Kanner. No entanto, a diferença principal seria que estas crianças teriam uma habilidade específica que gerava seu interesse e atenção em tudo que estaria em volta do mesmo.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014), por uma forte carência de comunicação e interação social em diversos contextos, dificuldade de manter e desenvolver relacionamentos.

O diagnóstico se modificou ao longo dos anos e atualmente vem sendo realizado por meio de: exames clínicos; observações específicas; estudo do comprometimento intelectual e linguístico que pode ou não acontecer juntamente com fatores genéticos e ambientais; entrevistas feitas com a família com ajuda de multiprofissionais, destacando como parâmetro as características que se assemelham ao TEA, segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Trazendo mudanças significativas, como a inclusão do Transtorno autista, transtorno de Asperger e Transtorno global do desenvolvimento, para a mesma nomenclatura, o Transtorno do Espectro Autista e os sintomas destes transtornos foram agrupados com a intenção de melhorar a forma de diagnóstico, com segue abaixo.

Os sintomas desses transtornos representam um *continuum* único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos. Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados. (DSM-V, 2014, Prefácio).

Atualmente, segundo matéria de Oliveto (2016), publicada no Jornal Correio Braziliense, em dezembro de 2016, há cerca de 52 milhões de pessoas com autismo em todo o mundo e acredita-se que este número deva ser muito maior em decorrência de não haver estudos desses números em países com grande população como Índia e África. Segundo a DSM-V, estima-se que 1% da população dos Estados Unidos tenha autismo, entre crianças e adultos, número que, segundo a OMS, pode ser estendível à população mundial, importante ressaltar que, neste estudo, o diagnóstico de autismo incide quatro vezes mais em pessoas do sexo masculino.

O autismo tem se tornado alvo de grande curiosidade por parte de inúmeros pesquisadores em diferentes áreas, como: medicina, nutrição, ambientalistas e educação, justamente por sua grande ocorrência sem de fato se chegar a um consenso sobre sua causa. Hoje a estimativa, segundo estudos realizados pela *Centers for Disease Control and Prevention* (CDCs), é de que 1 a cada 59 crianças tenha autismo em todo o mundo, gerando um aumento de 15% de acordo com a última estimativa feita em 2012 e divulgada em 2016.

É certo que este diagnóstico está imerso em discussões sérias, como os parâmetros de diagnósticos, a medicalização e as inúmeras outras incertezas do campo científico que englobam outras patologias, segundo Laurent (2014).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art.58, afirma que Educação Especial é “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. O art. 2º da LDB nos diz que a educação deve ser “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo a Lei nº 12.764, de dezembro de 2012, intitulada “Política Nacional de Proteção dos Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, considera-se o autismo como deficiência. A Lei nº 12.764 coloca, em seu art. 2º, como diretrizes: a intersectorialidade no desenvolvimento de ações e políticas que amparem a pessoa com autismo, a participação da comunidade na formulação de políticas públicas e a atenção integral à saúde dos TEAs, entre outras que se referem ao desenvolvimento e à capacitação no mercado de trabalho envolvendo o incentivo público.

Este trabalho corrobora com os autores como Mensinbov e Shea (2004) que ressalta a perspectiva de valorização da identidade autista, encarando-os não como deficientes mas, sim como um ser que se desenvolve de forma própria, onde a busca por sua autonomia e qualidade de vida devem ser a base do ensino aprendido, assim como qualquer outra criança.

Entender a criança com autismo, é exercitar um olhar e uma escuta sensível, é não seguir padrões, é estar pronto para uma descoberta a cada dia. Por isso, é fundamental o envolvimento da família e de multi profissionais, pois a partir deles as descobertas são melhor conduzidas, trazendo a qualidade de vida necessária as pessoas com autismo. Semensato e Bosa (2013), nos diz que a aliança entre família, profissionais da saúde e escola são fundamentais para se construir uma relação que entenda a criança com autismo, conhecendo o seu jeito e sua maneira de enxergar o mundo.

Por isso, reitero que a criança autista não pode ser vista como uma pessoa deficiente mas, sim com um ser que se desenvolve de forma única, e assim deve receber todos os meios educacionais e sociais para que possam alcançar e desenvolver suas potencialidades.

Em julho de 2015, foi aprovada a Lei nº 13.146, que dispõe sobre os direitos à inclusão da pessoa com autismo, afirmando-a como pessoa com deficiência. Com intuito de assegurar e promover as condições de igualdade, os exercícios de direitos de inclusão social e a própria

cidadania, o Estado e a Família devem agir para que o direito à educação, à acessibilidade, à dignidade, ao respeito e à liberdade sejam efetivados.

Neste ano de 2018, o Ministério da Educação, meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), publicou que os alunos com transtorno globais do desenvolvimento (TGD) são aqueles que se enquadram no Transtorno do Espectro Autista e são caracterizados por “alterações qualitativas nas interações recíprocas e na comunicação, tendo um repertório de interesses restrito e repetitivo”. Neste grupo estão inseridos os alunos com Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância. A publicação traz como fundamental, para inclusão e desenvolvimento destes alunos, o Atendimento Escolar Especializado (AEE), que tem como objetivo principal identificar, elaborar e organizar recursos pedagógico a fim de proporcionar a inclusão e a participação efetiva destes alunos no ambiente escolar. Estas atividades são desenvolvidas na sala de recursos multifuncionais que deve funcionar na própria escola ou em instituição próxima, podendo, ainda, serem ofertadas em centros de atendimento especializados. É importante ressaltar que estes atendimentos servem para auxiliar os alunos em aspectos educacionais, servindo, assim, de complemento ou suplemento ao que a escola já oferta, gerando autonomia para eles dentro e fora da escola.

Com este cenário legislativo é que se configura o ideal de educação e sociedade da pessoa com autismo e seu direito a uma vida digna, inclusiva e acessível em sociedade. Contudo, é fundamental, para se alcançar de fato o exercício dessa cidadania, que se criem meios que eliminem as barreiras impostas pela sociedade e, com mudanças diárias, se crie uma consciência humana ambientalmente equilibrada, construindo o cuidado de SI, do OUTRO e MUNDO (SATO *et al.*, 2018).

Práticas pedagógicas de Educação Ambiental mostram significativa ajuda na elaboração dessa consciência de natureza e transformação social, que estão intimamente ligadas. O Transtorno do Espectro Autista é caracterizado pelo comprometimento da linguagem, o que gera a dificuldade de interação com o meio, o autista tem um jeito próprio de olhar o mundo, um olhar a partir de interesses e habilidades específicos, essas habilidades são a chave para trazê-los ao meio social, à interação com a natureza.

É necessário ressaltar que cada autista é único, com graus diferenciados de comprometimento motor, interação, fala e interesses, por isso, ressalta-se a necessidade de fazer essa mediação entre ser e ambiente com um olhar sensível à procura de se sentir socioambientalmente pertencente.

O contexto deste trabalho, como já mencionado anteriormente, busca entender a interação do aluno autista com práticas educativas baseadas na Educação Ambiental, em especial o olhar do professor sobre esta interação. Conforme Piaget (apud NOGUEIRA, 2014 p. 22),

[...] para um desenvolvimento de qualidade do autista a área principal a ser estimulada desse ser o seu cognitivo e interação social, pois por meio do contato com os materiais necessários, trará para o autista uma aprendizagem mais ampla e satisfatória, pois não é só pelo contato com os materiais que o seu desenvolvimento é adquirido, mas também por meio da comunicação com o cotidiano, o contato com o outro, levando-o a aprender por meio desta interação, com mundo ao seu redor.

Para os alunos autistas, que vivem em mundo “próprio”, produzindo pouca interação com o meio de forma verbal, é necessário que o professor chame atenção através de elementos “chaves”. As especificidades de cada aluno com autismo devem ser estudadas e avaliadas para que o professor-mediador do ensino consiga inseri-lo no ambiente e, aos poucos, promover conexões entre seus interesses e o ambiente.

As atividades de educação ambiental propõem ações cotidianas de reconstrução de valores, sociais e da sua própria relação com a natureza, a fim de que todos colaborem para uma nova realidade, ambiental e socialmente sustentável. Na perspectiva de uma educação inclusiva, é fundamental o envolvimento de todos, sendo que as ações didáticas fundamentadas na educação ambiental nos trazem um caminho para alcançar tal realidade.

As perspectivas educacionais que se voltam para o reconhecimento, a avaliação e o enfrentamento de problemas de âmbito local ou regional os conflitos socioambientais podem ser tomados como um caminho bastante produtivo no sentido de trazer para a discussão vozes diversas sobre questões mais próximas dos educandos (SAITO et al., 2008, p. 124).

A educação ambiental nos oferece meios para que a inclusão de fato se torne uma realidade e, aos poucos, o aluno com autismo se interesse por seu meio, por sua turma e pelo ambiente de forma natural, até que isso vire rotina em seu desenvolvimento.

Segundo Jacobi (1997), a noção de sustentabilidade está relacionada à justiça social, à qualidade de vida, ao equilíbrio ambiental e a novos meios de desenvolvimento. A educação ambiental trabalhada de forma inclusiva pode propiciar mudança de valores, avanço em habilidades e maior conexão entre indivíduo, natureza e universo, acima de tudo, a educação ambiental é um ato político, como afirmam Pádua e Tabanez (1998).

O aluno autista, segundo Mesibov e Shea (2004), deve ser estimulado por todos os sentidos especialmente pelo da visão, fazendo provar e vivenciar as sensações que a natureza e o ambiente podem lhe proporcionar, desta forma será construída uma relação entre o aluno com

autismo e seu meio, favorecendo o ganho de autonomia, reconhecimento de si, qualidade de vida e cidadania.

Portanto, o ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento de relações sociais do aluno com autismo. A partir do sentimento de pertencimento a este espaço, da valorização de suas habilidades e do estímulo aos sentidos, é possível promover a inclusão e a cidadania não apenas dos alunos com autismo, mas de todos.

## **2.2 Observação e análise documental da escola pesquisada**

O cenário desta pesquisa se configura em uma escola pública de Brasília-DF, que atende a pré-escola, ou seja, alunos de 4 e 5 anos de idade. O trabalho com Educação Ambiental está expresso no espaço físico, no projeto político-pedagógico e no currículo, chegando a toda comunidade escolar. Foram realizadas dez visitas a escola, em diferentes momentos do cotidiano escola, sempre no período da manhã

Inaugurado em meados da década de 60, o campo da pesquisa é um dos primeiros Jardins de infância da área central de Brasília-DF e recebe crianças que moram tanto na própria comunidade quanto em outras Regiões Administrativas do DF, mas cujos pais trabalham perto da Instituição de Ensino. Seu funcionamento acontece nos períodos matutino e vespertino, atendendo um total de 170 crianças. A unidade é caracterizada por seu pequeno espaço físico, mas com uma boa organização.

.A escola é cercada de verde, dividido entre horta, jardim, minhocário e compostagem, possui um reservatório que capta a água das torneiras, passa por um filtro e segue para irrigação da horta, o que economiza cerca de 1.000 litros de água por mês. Em 2016, realizou um festival de sustentabilidade e foi a primeira a receber o selo verde<sup>1</sup> de escola sustentável.

Ao entrar, é possível sentir-se acolhido pelo cuidado com plantas e flores e pela decoração feita com materiais reciclados. A escola possui frases de Paulo Freire, cardápio semanal e murais bem cuidados. Ela é composta por: quatro salas de aula, todas com banheiro,

---

<sup>1</sup> Escolas sustentáveis são definidas como aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. A transição para a sustentabilidade nas escolas é promovida a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo. Mais informações em: [http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuals/Manual\\_Escolas\\_Sustentaveis\\_v%202005.07.2013.pdf](http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuals/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%202005.07.2013.pdf).

uma sala de professores, uma secretaria, uma sala de direção, uma sala de apoio pedagógico, um pequeno pátio, um parque, uma cozinha, uma biblioteca, uma casinha de boneca, um laboratório de informática, um depósito, um banheiro masculino e um feminino. As salas de aula são arejadas e equipadas com purificador de água, TV 29 polegadas, aparelho de DVD, filmes e brinquedos. No laboratório de informática, existe um professor especializado para estas aulas.

O pequeno parquinho com areia possui brinquedos adequados à faixa etária das crianças e que parecem estar bem conservados. A escola tem uma variedade de itens que auxiliam no desenvolvimento das crianças, como: Data Show, Vídeo cassete, aparelhos de DVD, ventiladores, microfones, projetores, computadores, copiadoras, caixa amplificadora, assinatura de revistas, brinquedos pedagógicos, variados tipos de papéis, tintas, EVA, colas, *kits* psicopedagógicos e uma quantidade significativa de livros de livre acesso para as crianças.

Em relação à equipe técnica, a escola é composta por: uma diretora, uma vice-diretora, um chefe de secretária, um professor de laboratório de informática, um coordenador, quatro professoras readaptadas, oito professores regentes, cinco educadores sociais voluntários, um apoio na biblioteca, duas merendeiras, um agente de portaria e quatro vigias.

A Educação ambiental está expressa em vários momentos do projeto político-pedagógico e do currículo da escola, além de aspectos referentes à consciência coletiva e à responsabilidade social, como é possível perceber com o quadro abaixo, retirado do PPP da escola, que traz objetivos e estratégias dentro dos eixos pedagógicos.

Quadro 01 – Objetivos e Estratégias descritos no PPP

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR EIXOS</b>		<b>ESTRATÉGIAS</b>
Linguagem Oral e Escrita	Participar de variadas situações de comunicação oral;	Atividades com rótulos e embalagens (reciclagem);
		Lista de palavras relacionadas ao meio Ambiente/ natureza;
Linguagem Matemática	Manipular e explorar objetos e brincadeiras, explorando quantidades características, propriedades e possibilidades associativas: empilhar, rolar, transvasar, encaixar;	Mural ecológico (frases, figuras). Ex.: água;
		As cores da natureza (cores e formas);
		Classificação, seleção e contagem de materiais da natureza (pedras, folhas, etc.);
		Reconhecer cores e formas;
	Relacionar as cores das lixeiras aos lixos correspondentes (reciclagem);	

		Comentar os 8 r's.
		Atividades com rótulos, embalagens selecionando os alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal;
Interações com a Natureza e com a Sociedade	Compreender que devemos respeitar ao meio ambiente, e somos parte dele;	Visitar nascentes e estações de tratamento de esgoto;
	Explorar o ambiente, para que possa se relacionar com outras crianças;	Visita ao parque Olhos D'Água;
	Estabelecer contato com objetos diversos, manifestando curiosidade e interesse;	Visita e interação com os animais e a natureza na Fazenda da UNB;
	Aprimorar os cinco sentidos através de atividades com	Conversa sobre o desperdício de água nas diversas situações do cotidiano e o que podemos fazer para evitar isso;
		Conceito de preservação da natureza e reciclagem;
		Preservação e cuidados com a água, com o meio ambiente;
Linguagem Corporal	Valorizar as suas conquistas corporais e a dos colegas.	Exploração do espaço por meio de movimentos como pegar, rolar, engatinhar, subir, chutar, empilhar, encaixar, etc.
		Imitar os sons dos animais (mímicas);

(Continua)

(Continuação)

<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR EIXOS</b>		<b>ESTRATÉGIAS</b>
Linguagem Corporal	Levar o aluno a explorar possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;	Produzir sons com o próprio corpo;  Vivenciar as brincadeiras da cultura infantil, de acordo com as regras estabelecidas;
	Utilizar brinquedos reciclados produzidos em momentos lúdicos;	
Cuidado CONSIGO e com o OUTRO	Construir novas formas de vivenciar o lúdico através de experientiação que alie paz, alegria e sustentabilidade do planeta;	
	Desenvolver o pensamento crítico e reflexivo acerca do contexto histórico e social;	
	Identificar atitudes que caracterizam e preservam a amizade entre as pessoas e de perceber que suas ações causam reações; favorecendo bem-estar coletivo;	
	Reconhecer o ser humano como parte integrante do ambiente que transforma, influenciado por ele;	

---

Desenvolver atitudes de respeito tanto em relação à natureza quanto em suas relações com o próximo;

Valorizar e respeitar a vida no planeta;

Identificar-se como cidadão, pessoa de direitos e deveres, imprescindível a sustentabilidade das relações saudáveis, seja na escola ou na comunidade;

Difundir as bases do consumo sustentável, bem como a promoção da igualdade entre todas as crianças;

---

Fonte: Projeto político-pedagógico do Jardim de Infância, com edições realizadas pela autora.

O Projeto político-pedagógico, que engloba toda a proposta educacional da instituição, foi construído coletivamente pela comunidade escolar e retrata a realidade da escola, seus objetivos, propostas e projetos. Dentre os projetos elaborados pela escola, existe um projeto macro, intitulado “Por Um Mundo Melhor - Cuidar do Mundo é Tarefa de Todos”, que foi criado pela diretora, há 14 anos.

Quando chegou à escola, a diretora percebeu que as professoras gostavam do tema e trabalhavam de forma isolada, então, pensou em construir um projeto maior, que estaria dentro do PPP, e iria nortear as práticas pedagógicas da escola, em que as professoras pudessem trabalhar, de forma transversal, questões de sustentabilidade ambiental e, assim, conseguissem alcançar uma consciência ambiental mais ampla, ressaltando os valores, a ética e a responsabilidade, a fim de construir novas concepções sobre o ambiente no contexto escolar.

Quadro 02 – Planejamento Projeto (macro da escola) Por um Mundo Melhor “Cuidar do Mundo é tarefa de Todos” - ANO 2018

BIMESTRE	CONTEÚDO DE ACORDO COM O PLANEJAMENTO CURRICULAR	SUGESTÕES/AÇÕES	PRODUTOS
1º Bimestre: Meio Ambiente Água Alimentação	Artista Escolhido: Athos Bulcão (1º e 2º períodos) homenagem aos 100 anos do artista.	Atividades de arte de acordo com o planejamento e o autor do bimestre. • Conhecer (para respeitar e preservar) os espaços ambientais da escola: jardim, horta, minhocário, composteira e o sistema hídrico de reuso da água para irrigação da horta. • Visita de Nutricionista e confecção de receitas (tema alimentação) • Palestra da Adasa (tema água)	• Portfólio do aluno; • Murais temáticos; • Artes específicas produzidas com os alunos de acordo com os autores ou tema do projeto; • Plantio e Colheita da horta; • Manutenção do Minhocário e da Composteira;

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Teatro da Dengue</li> </ul>
2º Bimestre: Meio Ambiente Atividades Físicas E Cuidado com os animais	Artista Escolhido: Tarsila (1º período) Van Gog (2º período)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita ao Planetário, Jardim Botânico ou Fazendinha</li> <li>• Brincadeiras típicas (festa Junina)</li> <li>• Atividades de arte de acordo com o planejamento e o autor do bimestre.</li> <li>• Convidar pais e um veterinário para falar sobre o cuidado com os animais.</li> </ul>
3º e 4º Bimestres: Cuidado com o Meio Ambiente	Artista Escolhido: Gustavo Rosa (1º e 2º períodos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Visita a Escola da Natureza;</li> <li>• Passeata como Culminância do Projeto;</li> </ul>

Fonte: Projeto político-pedagógico do Jardim de Infância, com edições realizadas pela autora.

A educação ambiental e a educação inclusiva integram parte essencial do projeto, pois os alunos são conduzidos de forma a apreenderem a cuidar de Si, do Outro e do Planeta, visando autonomia, criticidade e um ambiente acessível.

Este projeto macro é o que conduz os projetos menores da instituição em andamento, como alimentação saudável, reciclagem, compostagem, minhocário, cultivo de plantas, reservatório de água das torneiras, e ainda não efetivados, como implementação de calhas para captação de água a ser usada na limpeza da escola, piscicultura e hidropônica, que é o cultivo de plantas sem o cultivo de solo, apenas com as raízes submersas em água. Além das atividades práticas de sustentabilidade, a escola busca, em sua prática educativa, com brincadeiras e contação de história, e até mesmo no desenvolvimento de escrita e leitura, ter como ponto de partida a educação ambiental.

As primeiras observações ocorreram no começo de agosto de 2018. Anteriormente já havia sido pesquisado sobre a dinâmica da escola, seu projeto político-pedagógico, quem fazia parte da gestão da escola e, principalmente, seu reconhecimento pelos projetos ambientais, sendo possível perceber que grande parte dos professores assumem uma postura de mediador da aprendizagem e que existe um aporte tecnológico (jogos digitais e manuseio de máquinas digitais) que articula a aprendizagem do aluno ao seu meio, desenvolvendo seu raciocínio lógico, atenção e coordenação motora.

Existe uma preocupação da escolar em promover a sustentabilidade de forma a causar uma reflexão – ação, como propõe Paulo Freire (2014), fomentando momentos de autonomia, diálogo e respeito no espaço escolar. É importante salientar que a organização do trabalho escolar ocorre por meio de algumas ações práticas sustentáveis e outras de forma transversais, sendo abordadas dentro do currículo, nas estratégias e objetivos das áreas a serem desenvolvidas, buscando nos alunos o sentido de pertencimento ao ambiente em que estão

inseridos e as práticas que conduzam a inclusão de todos. Para eles, educar é uma ação de reflexão, transformação e reconstrução de uma responsabilidade social.

É possível exemplificar estas ações por meio do plano de ação descrito no quadro abaixo, retirado do Projeto político-pedagógico, o qual traz os objetos que a escola busca alcançar com sua prática pedagógica, incluindo, assim, o cotidiano escolar.

#### Quadro 03 – Objetivos da Instituição a partir do Plano de Ação.

Entender as particularidades das crianças, as especificidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades a diversidade social, a família e comunidade.
Observar e entender a realidade da criança que traz experiências rurais, levando em consideração sua rotina, experiência ambiental, afetiva e social.
Combater qualquer tipo de dominação e discriminação seja religiosa, de gênero, regional, socioeconômica, étnico-racial ou de qualquer outro tipo.
Compreender as relações sociais segundo os artigos 6º e 7º das DCNEIs, que diz sobre preservação da terra a partir da compreensão de relações humanas pautada na solidariedade entre todos os povos.
Promoção de condições para a construção da cidadania afim de contribuir para a mudança social.
Participação ativa da criança, enxergando-a com um ser dotado de direitos e colaborando desde já para sua formação cidadã.
Desenvolvimento a partir das aprendizagens, através de uma ação planejada, com qualidade, afeto e compromisso de toda comunidade escolar, destacando como premissa a escola como um ambiente privilegiado do saber.

Fonte: Projeto Político pedagógico da escola Jardim de Infância, com edições da autora.

A escola explicita, em seu PPP, a importância de se colocar a criança em uma posição de protagonismo, salientando a vivência dos alunos, o desenvolvimento do pensar e agir, o cuidar de si e do outro, o encorajamento e o apoio. Considerando, então, o aluno um ser ativo no processo de ensino e aprendizado, a escola busca agir junto das diversidades e as diferenças de cada turma sendo o professor um mediador dessas ações, e o ambiente o fator primordial para o desenvolvimento.

O currículo do Jardim de Infância mostra, em seu objetivo principal, a importância de identificar ações que contribuam para uma sociedade sustentável e para a sensibilização dos alunos quanto à preservação do meio ambiente. Pauta-se na educação humana e em valores como respeito, solidariedade e preservação da natureza. Segundo o PPP da instituição, a inclusão deve ser feita a partir de eixos de conhecimento que visem cidadania e aprendizagens dos alunos, conforme descrito “A organização curricular da Educação Especial da escola baseia-se em eixos transversais em uma perspectiva inclusiva a possibilidade de favorecer aprendizagens a partir da diversidade, cidadania em e para direitos humanos e educação para sustentabilidade” (PPP, 2018, p. 70).

A educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, nos traz um conceito que perpassa por todos os níveis escolares, organização escolar, planejamento, corpo docente,

comunidade escolar, chegando a políticas públicas que assegurem o direito da pessoa com deficiência.

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica nos transportes, mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas. (MEC, 2008, p. 64).

Os aspectos de inclusão colocados como fundamentais pela escola e que seguem como estratégia para alcançar a inclusão são: acompanhamento profissional e equipe especializada; adaptação das atividades pedagógicas e adaptação curricular; parceria com a família; formação continuada dos profissionais da escola; conscientização de comunidade escolar sobre diferença e equidade; e construção de identidade e autonomia da criança.

Na escola, dois alunos são diagnosticados com autismo, ambos com cinco anos de idade, que estudam na mesma sala, com mais 24 colegas. Possuindo características distintas, um gosta muito de seriar e organizar as coisas, adora giz de cera e quebra-cabeças, já o outro gosta de letras e números, de repetir os sons que aprende e de outras línguas, como o inglês. A professora possui duas monitoras que a auxiliam em sala. Em uma das observações, foi possível constatar as diferentes características destes alunos.

Dentro deste contexto, buscou-se compreender a percepção dos profissionais da educação quanto a educação ambiental e educação inclusiva, sobre tudo no ambiente escolar em que trabalham e como este ambiente implica na inclusão de alunos com autismo.

### 3 PERSPECTIVA E REALIDADE DOS PROFISSIONAIS

Dou início neste capítulo ao relato das entrevistas realizadas com as profissionais de educação. Ressaltando a importância destes dados para entender o olhar dos profissionais que lidam diariamente com alunos autistas no contexto escolar, e quanto esta reflexão se faz necessária dentro desta pesquisa.

#### 3.1 Relato de pesquisa nº 1 - Gestora

Ao chegar à escola, a diretora estava com uma roupa simples, mãos sujas de terra, limpando o “pé” de uma pequena árvore que se encontra na entrada da escola. Ao encontra-la, nos cumprimentamos, havia dois funcionários que a ajudavam a limpar a terra, um mais adiante limpava a composteira, ele a chamava de vez em quando para tirar alguma dúvida, o que estava perto de nós terminou de arrumar as plantas e foi ajudar o outro funcionário de trabalho. Neste momento, parece haver uma relação boa entre eles, ela diz: *“eles não têm obrigação de me ajudar a fazer isso tudo, eles me ajudam porque peço, já não dou conta de fazer tudo sozinha, a enxada pesa”*.

Na direção da instituição há 14 anos, possui graduação em pedagogia e pós-graduação em gestão escolar. Prestes a se aposentar, conta que o projeto “Mundo Melhor: Cuidar é tarefa de todos” foi implementado com sua chegada à escola.

Quando cheguei na escola, as professoras tinham interesse pelo assunto e trabalhavam de forma isolada. A partir disso, elaborei o projeto maior onde elas poderiam de forma integrada destrinchar e elaborar projetos menores. Desde então, todo ano, o projeto maior é sobre sustentabilidade.

A diretora conta que sempre se interessou muito pela terra, criada em fazenda, seus pais italianos lhe ensinaram o gosto e cuidado pela natureza, então sempre buscou, por meio de parcerias e projetos dentro da comunidade, a ajuda necessária para implementar as práticas de educação ambiental que a escola idealizava.

Ao perguntar sobre como ela avaliava o desenvolvimento de alunos com autismo nas atividades envolvendo educação ambiental, ela diz que, no início, quando a turma saía da sala para cuidar da composteira ou visitar o minhocário, por exemplo, um dos alunos dizia “Não... Eca, Eca, Sai...”. Com a rotina e com o nosso incentivo, dizendo “olha não faz mal, a gente precisa cuidar”, ele agora adora participar desses momentos. Ao perceber que seus colegas estão envolvidos, ele sente mais segurança para participar também. Em muitos momentos, sai da sala correndo para ficar na área verde, conta a funcionária da escola.

As seguintes perguntas foram realizadas: Para você, há alguma relação entre educação ambiental e educação inclusiva envolvendo crianças com autismo? Por quê? Essa relação traz implicação ao processo ensino aprendizagem envolvendo essas crianças? Por quê?

A diretora afirma que é possível notar que os alunos autistas se sentem bem, querem participar, estar ativos nas atividades, é perceptível, segundo ela, o desenvolvimento de consciência que estão adquirindo, exemplifica dizendo que, certo dia, um dos autistas saiu da sala e foi para o jardim fora do momento, subiu na terra e pegou de mal jeito uma planta, então ela disse: “ *(nome do aluno), não é assim, olha, a gente tem que cuidar, aí ele parou e bem devagar começou a fazer carinho nas folhas*”. Eles gostam de mexer na terra e, para a gestora, isso é um grande avanço, pois os autistas tem suas limitações e, em certos momentos, querem o isolamento, mas estes momentos os trazem para dentro do grupo, criando uma relação entre o meio ambiente escolar e os alunos, eles sentem, fazem e essa interação é real. A gestora continua falando sobre a importância de olhar o ambiente de forma que todos estejam dentro dele, então percebe a sustentabilidade como uma forma de inclusão.

Ela ressalta que percebe que o desenvolvimento dos alunos com autismo é diferente em certos momentos, o desenvolvimento é limitado, no entanto, quando se refere ao envolvimento nas atividades de contato com a natureza no ambiente escolar, eles demonstram maior interesse, interação e consciência desses momentos do que boa parte dos alunos, isso é demonstrado por meio de um olhar e pequenas atitudes que fazem toda diferença.

A última pergunta se referia à proposta pedagógica de ensino da escola, este questionamento surgiu a partir do diálogo que estabelecemos. Ela diz que a intenção principal é a busca por uma consciência de mundo, a busca pelo reconhecimento da ação, reflexão e uma ressignificação do que é passado na escola, ou seja, que os alunos adquiram consciência do cuidar do mundo principalmente.

É possível perceber, com a entrevista feita a diretora, um envolvimento grande por parte dela em fazer a escola caminhar dentro da sustentabilidade, sua fala direta e quase sem pausas após serem feitas as perguntas demonstrou confiança e convicção sobre os caminhos que percorreu como diretora do Jardim de Infância, demonstra com orgulho as ações feitas na escola a partir das parcerias realizadas com comunidade e empresas como Caixa Econômica Federal, que recentemente doou as placas de metal para a horta que completará 15 anos no começo de 2019. Resta a certeza de que o ambiente escolar e especialmente a relevância que eles reservam para educação ambiental fortalecem os vínculos de inclusão dos alunos com autismo.

A fala da gestora confirma o que o autor Jacobi (2006) nos traz sobre a escola como responsável pela criação e ressignificação do valor sobre a compreensão ambiental, a partir de

vivência, diálogo, interação e diferentes formas de pesquisa, trazendo autonomia, criticidade e ética como norte da educação ambiental. “O principal eixo de Educação ambiental deve buscar acima de tudo, a solidariedade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseada em práticas interativas e dialogadas” (JACOBI, 2006, p. 255).

Entendo dessa forma a educação ambiental como uma ação política, em favor de uma transformação social, que visa a busca do sentimento de pertencimento ao meio, de participação e inclusão de todos, o que está ligado ao sentido da própria cidadania.

### **3.2 Relato de pesquisa nº 2 – Docente**

A segunda entrevista foi realizada com a professora responsável pela turma dos alunos com autismo. A docente está na SEEDF há nove anos, sendo esta a sua primeira turma com crianças autistas. Em sala com 26 alunos na faixa etária de cinco anos, recebe ajuda de dois monitores voluntários, que auxiliam no ensino-aprendizado dos dois alunos com autismo. Este auxílio foi alcançado com muita luta pela diretora, com idas frequentes à SEEDF em busca de apoio para estes alunos.

A professora conta que, apesar de essa ser sua primeira turma com alunos autistas, sempre atuou em escolas inclusivas, estando sempre em contato com eles a partir de outras professoras, por isso acredita que essa experiência tenha lhe ajudado na prática que vivencia hoje. Ela ressalta que os alunos autistas, apenas em certas circunstâncias, apresentam dificuldades, como sentar em roda, concentração e momentos em que requerem a escuta em silêncio da professora. Antes da entrevista, um dos alunos autistas estava insistente para ir até a área verde. Ela decide ir, na intenção de mostrar como é o local. A área verde é composta por horta, composteira e minhocário e se encontra na lateral esquerda da escola, o local é bem dividido e parece receber cuidados diários. O aluno parece se sentir à vontade e insiste para dar outra volta, mas a professora diz “agora vamos brincar no parque”.

A entrevista foi realizada durante o momento em que a turma estava no parque juntamente com outra turma da pré-escola, sob a supervisão de uma professora e dois voluntários sociais. É importante ressaltar que a professora leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

1 – Como você percebe a Educação Ambiental no contexto escolar, em especial o desenvolvido na instituição que atua?

*A minha concepção de Educação Ambiental, é a relação do homem com o meio ambiente, o meio ambiente inclui a natureza os animais, inclusive a relação do*

*homem com ele mesmo. Como que essa relação pode ser sustentável... fazendo bom uso dos recursos naturais, não desperdiçando, vindo de que forma você pode usar, mas de forma sustentável mesmo, de forma que você possa conviver com a natureza preservando, é isso que acho.*

A professora ressalta que, na escola, a educação ambiental é colocada a todo momento, em os projetos e atividade em sala. Ressalta que todas as crianças gostam muito da abordagem da escola. Com isto, é possível perceber o caráter inter e transdisciplinar e transversal que a educação ambiental exerce no contexto escolar da instituição, proporcionando abordagens de diferentes perspectivas, considerando os diferentes tipos de aprendizado e contribuindo para uma educação contextualizada e ligada ao seu meio, condizente com a ideias de Loureiro *et al.* (2006).

2 – Como você percebe a educação inclusiva no contexto escolar?

*A educação inclusiva no contexto escolar é muito interessante porque é uma oportunidade das crianças conviverem com o diferente, acho que é uma via de mão dupla, uma relação rica tanto pro, pra criança com algum tipo de necessidade especial como a criança não tem, porque as duas aprendem a conviver com o diferente e isso pra mim é muito rico.*

- Existe algum desafio e potencialidade? Em caso afirmativo, poderia comentar.  
*Os principais desafios de conviver com uma criança, de receber uma criança com autismo na sala de aula é primeiro conhecer a criança por que cada autista é de um jeito, eu tenho dois autista e um é de um jeito e o outro é do outro, então é primeiro conhecer ver quais são as necessidades de cada criança dos interesses de cada criança, né, é saber respeitar ali as suas limitações as vezes a criança tem problema com barulho, com muita gente, as vezes elas ficam agitadas e aí você conhecendo a criança e vendo a criança na sua especificidade, aí você consegue vencer esses desafios e eu acho também que na rede pública é importante o apoio de um monitor em sala de aula e isso as vezes não acontece, o monitor é essencial na sala de aula pra poder tá ajudando o professor a trabalhar com essa criança por que as vezes essa criança precisa de uma atenção mais especial, precisa sair de sala de aula dá uma volta ou mesmo na sala de aula fazer alguma atividade diferente então o monitor ajuda a estrutura né pra receber o autista é um desafio.*

Foi possível, por meio das observações, perceber que de fato os alunos com autismo são muito diferentes. Um sempre está junto da professora, querendo carinho e atenção, interroga a professora através de falas e olhares, às vezes fica muito agitado e sai da sala por diferentes motivos. O outro, na maior parte do tempo, gosta de ficar isolado, brincando ou escrevendo sozinho, adora refazer histórias desenhando, não olha nos olhos e sua comunicação é feita através de sons. Cada um consegue interagir com o meio de maneira própria, é possível notar situações de comunicação com a turma, especialmente nas tarefas coletivas de cuidado com a horta e jogar as cascas de frutas na compostagem, sendo assim, existe uma aproximação de todos para com o ambiente.

Percebe-se, também, o quanto a professora é dependente dos voluntários em sala de aula, pois ao todo são 26 alunos que requerem sua atenção e as crianças autistas, em decorrência

do seu desenvolvimento único, querem estar fora de sala, se incomodam com barulhos e sentem a necessidade de estar em outros espaços e isso gera, em certos momentos, insegurança por parte dos monitores, pois de fato não são preparados para lhes dar com essa situação. Porém, mesmo sem esse preparo, tornam-se essenciais em sala, pois fornecem a atenção que, muitas vezes, a professora não consegue alcançar, devido à grande demanda.

A partir do exposto, reafirmo que apenas a lei dando direito à criança autista de estar na escola não assegura de fato um bom desenvolvimento, é necessário agregar ao trabalho da professora a outros profissionais que auxiliem em seu desenvolvimento, além da oferta de cursos de formação continuada para todos os profissionais escolares para que possam estar preparados para a inclusão. Para tanto, a ação governamental é fundamental, agindo através de políticas públicas e trazendo o acesso a multiprofissionais que auxiliem o professor no desenvolvimento não só do aluno com autismo, mas para inclusão de forma geral. É certo que houve um avanço na garantia dos direitos básicos das crianças com autismo, no entanto, falta criar mecanismos para que o desenvolvimento destas crianças avance, ressaltando sua identidade autistas, seu desenvolvimento único e potencialidades.

3 – Para você, há alguma relação entre educação ambiental e educação inclusiva envolvendo crianças com autismo? Por quê?

4 – Essa relação traz implicação no processo ensino aprendizagem envolvendo essas crianças? Por quê?

*A escola não faz diferenciação, é... de trabalho de sustentabilidade entre um autista e uma crianças sem necessidades especial né, a princípio as crianças autistas fazem as mesmas atividades que as outras crianças fazem, por exemplo é, a gente tem lá na sala de aula a separação do lixo o autista, agente ensina a jogar o lixo o orgânico no lugar o seco no outro, tem a composteira o autista também leva é o resto de material pra lá né, a horta, tudo que a gente faz com a criança que não tem necessidades especiais a gente faz com o autista.*

A professora é enfática ao afirmar que a inclusão acontece, pois não há distinção na participação das tarefas, os alunos interagem e gostam muito de participar dos momentos práticos de ida à área verde, de jogar as cascas na composteira, sua prática ressalta a inclusão e reafirma a consciência que os alunos estão alcançando em relação ao meio ambiente. As observações demonstram que essa interação de fato acontece, mas é importante salientar a importância desse movimento dentro de sala, valorizando as potencialidades dos alunos autistas para outras crianças, construindo, assim, laços de pertencimento ao espaço e com os indivíduos que ali se encontram.

De acordo com Baptista (2006) e Beyer (2006), a instituição escolar e os docentes devem agir de forma a potencializar este espaço dentro da diversidade, assumindo um papel de colaborador de uma aprendizagem solidária, extinguindo dos espaços escolares qualquer tipo

de preconceito e se colocando em oposição a qualquer tipo de exclusão. O autor é claro ao afirmar que a escola é o principal lugar em que o outro vem em primeiro plano, não apenas tolerando as diferenças, mas, sim, ressaltando-as de forma individual e coletiva, valorizando-as como ação pedagógica do ensino-aprendizado. A participação no seio escolar deve ser mediada de forma que privilegie a sociabilidade, reconhecendo o outro de diferentes maneiras, buscando sua participação coletiva e visando sua autonomia. Dentro desse contexto escolar, o autor ressalta a necessidade de evidenciar o uso consciente dos espaços escolares, espaços estes que devem estimular a participação do aluno autista de forma voluntária e espontânea. Valorizando seu jeito único de ser, proporciona maiores chances de interações sociais, fortalecendo dessa maneira os laços sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo abordar as contribuições da educação ambiental para inclusão escolar de alunos com autismo. O contexto se concentrou em analisar os documentos norteadores, as práticas pedagógicas e a percepção docente em uma escola de Educação Infantil, localizada em Brasília-DF, a qual possui, em sua prática educativa e curricular, os ideais de Educação Ambiental como ação inclusiva e interdisciplinar.

Cabe avançar no sentido de ressaltar a importância de uma educação ambiental pautada no estabelecimento de novas relações sociais, em que a sustentabilidade tenha papel de destaque, alcançando currículo, ação e planejamento escolar e visando principalmente a formação da consciência de mundo, que ressalte justiça e equidade na construção do EU, do NÓS e do MUNDO. O estudo abre discussão para a criação de novas concepções educativas e sociais dentro da Educação ambiental, ressaltando importância e valorização de cada ser dentro de suas especificidades, em especial, a inclusão de alunos com autismo. É fundamental que os estudantes se sintam pertencentes ao meio em que vivem e que haja a quebra de preconceitos quanto as suas potencialidades, possibilitando que o meio proporcione aos alunos inclusão, autonomia e valorização de suas identidades.

O primeiro objetivo se deu por meio da análise do Projeto político-pedagógico da escola, foi possível entender que, dentre os eixos pesquisados (Educação ambiental, inclusão, autismo), o Jardim de Infância tem avançado e está à frente da maior parte das escolas públicas do DF, concebendo de forma transdisciplinar e transversal aos conteúdos desenvolvidos – esta afirmação tem como base a leitura de outros Projetos políticos-pedagógicos e o próprio contato com outras instituições que tratam destas concepções de forma pontual.

O segundo objetivo se preocupou em realizar observações quanto ao ambiente físico e às práticas pedagógicas exercidas pelos profissionais de educação da instituição, sendo possível entender que a escola faz bom uso dos seus espaços escolares e ressalta os momentos de aprendizagem coletiva fora de sala de aula, proporcionando uma relação de pertencimento com o ambiente escolar. Esta relação de pertencimento ao meio social escolar é fundamental para a elaboração de uma consciência coletiva, social e cidadã, corroborando um ambiente escolar cada vez mais interessante para os alunos e comunidade escolar. Os alunos autistas parecem de fato estarem incluídos e pertencentes a este contexto, em que a prática ambiental transcende a sala de aula e alcança todo o espaço escolar, implicando sua participação voluntária de acordo

com suas potencialidades e interesses, desenvolvendo sua motricidade e cognição através do ambiente escolar.

Ao que tange o terceiro objetivo, que se deteve em compreender as percepções dos profissionais da educação quanto à educação ambiental e inclusiva, sobretudo no ambiente em que atuam, de acordo com os dados obtidos, os professores enxergam nos alunos com autismo uma maneira diferente de se desenvolver, dotados de potencialidade e desafios como qualquer outra criança, considerando-os agentes transformadores e contribuintes para o meio escolar. É possível compreender que as atividades de educação ambiental colaboram para sua interação com o meio ambiente e a turma não estingue a necessidade de apoio profissional dentro e fora da escola. A estrutura escolar vigente hoje não consegue alcançar toda a potencialidade dos alunos autistas, faltam profissionais capacitados, apoio aos professores e comunidade escolar para que a inclusão aconteça. Ressalta-se a necessidade de ações governamentais concretas que dialoguem com inclusão em todos os espaços, buscando especialmente o desenvolvimento justo e de qualidade para todos.

Com isso, os dados apontam a educação ambiental como um caminho com consideráveis possibilidades para inclusão de alunos com autismo, entendendo-a como uma relação não só possível, mas necessária para se alcançar uma realidade educativa e socioambiental sustentável e emancipadora do ser humano.

Ao final desta pesquisa e do curso de pedagogia, sinto-me, na verdade, iniciando um caminho de estudo dentro da educação ambiental como forma de inclusão da pessoa autista. Esta pesquisa proporcionou-me uma experiência gratificante de conhecimento e encantamento sobre as possibilidades que EA e o Transtorno do Espectro Autista podem proporcionar se juntos caminharem.

Com esta pesquisa, também é possível perceber a necessidade de incorporar de fato o papel de professor/pesquisador nesta área, especialmente o pedagogo que deve estar atento aos caminhos de sua prática docente no início da caminhada escolar de nossas crianças. É necessário estar pautada na ética e acreditar na capacidade de seus alunos, em um ambiente escolar que favoreça a relação entre pessoa com deficiência e educação ambiental.

O que me aguarda e o que de fato quero é a sala de aula, implantar projetos que unam esses dois eixos, deixando-os cada dia mais fortes e integrados, a fim de levar uma nova consciência aos alunos sobre seus caminhos e possibilidades dentro da sociedade, visando transformações sociais em que a cidadania seja algo que de fato aconteça, em que se valorize a natureza e os recursos naturais, em que a consciência ambiental se faça presente em todas as esferas da sociedade.

É claro que, para que isso possa acontecer, é necessário o movimento político, econômico e social de todo o mundo. No entanto, é possível acreditar que estas mudanças possam acontecer, fazendo todos os dias uma transformação em sala de aula e a diferença na vida dos seus alunos, acima de tudo ACREDITANDO neles.

Desejo paz, sorte e perseverança a todos os professores deste planeta. Que juntos sejamos fortes e que não deixemos de andar de mãos dadas com a esperança de um futuro regido pela valorização da educação.

## REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O. et al. (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, DF: Unesco; ANPED, 2009. p. 11-23.

AMBIENTE, MINISTERIO DO MEIO. **Declaração de Brasília para a Educação Ambiental: I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/8069-declaração-de-brasília-para-a-educacão-ambiental.html>>. Acesso em: 18 dez. 2018

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAPTISTA, C. R. (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. (Constituição de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez., 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 dez. 1999a.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 28 abr., 1999b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm). Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 09 nov. 2000a.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 dez. 2000b.

BRASIL. Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun., 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm). Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 02 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, 26 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, 28 dez., 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 07 jul. 2015.

BEYER, O. H. Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas. *In*: BAPTISTA, C. (Org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BORGES, J. A. S. **Sustentabilidade & acessibilidade**: educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas! Brasília: 2014.

CATALÃO, V. M. L. A redescoberta do pertencimento à natureza por uma cultura da corporeidade. *Revista Terceiro Incluído*, NUPEAT–IESA–UFG, v. 1, n. 2, p. 74-81, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/17240/10379>. Acesso em: 09 dez. 2018.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Identified prevalence of autism spectrum disorder**, 2010. Disponível em: <http://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 09 dez. 2018.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - **Caderno de instrução 2017**. Brasil: Ministério da Educação, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2014. 253 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2018**. Caderno de instruções. Brasília: 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/situacao\\_aluno/documentos/2018/caderno\\_de\\_instrucoes-censo\\_escolar2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2018/caderno_de_instrucoes-censo_escolar2018.pdf). Acesso em: 03 dez. 2018.

JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

JACOBI, P. (Org.) **Gestão compartilhada de resíduos sólidos no Brasil** – inovação com inclusão social. São Paulo: Annablume, 2006. p. 65-86.

LAURENT, E. **A batalha do autismo**: da clínica à política. Trad. Cláudia Berliner, 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. *et al.* **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, R. S. Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação. 2. ed Brasília: Liber Livro, 2010.

MESIBOV, G.; SHEA, V. Inclusão Total e Alunos com Autismo. Resumido por MELLO, Ana Maria S. Ros de. SILVA, Rebeca Costa. Disponível em: <https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/Estainclusaoatendeasnecessidadesdeles.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GRUPO DE TRABALHO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: jan. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. 1. ed. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Texto de Silvia Czapski.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil**: 1997-2007. Brasília: MMA, 2008. Texto de Silvia Czapski.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Marcos legais**. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8749-marcos-legais.html>. Acesso em: 03 dez. 2018.

MINISTERIO PUBLICO DE PERNAMBUCO. **Educação Inclusiva**: marcos legais e perspectiva de ações para sua implementação. Recife: Procuradoria-Geral de Justiça, 2018.

Disponível em:

[https://www.mppe.mp.br/mppe/attachments/article/10085/Cartilha%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20\[ATUALIZA%C3%87%C3%83O%2004-10\].pdf](https://www.mppe.mp.br/mppe/attachments/article/10085/Cartilha%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva%20[ATUALIZA%C3%87%C3%83O%2004-10].pdf). Acesso em: 09 dez. 2018.

NOAL, F. O. Ciência e interdisciplinaridade: interfaces com a Educação. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de pandora**. São Carlos: Rima, 2006.

NOGUEIRA, C. S. **Planejamento Estratégico**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

OLIVETO, P. O ainda desafiador autismo. *Jornal Correio Braziliense*, Brasília, 18 dez. 2016.

ONUBR. Carta Das Nações Unidas, 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/ag68/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (Orgs.). **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto. Jardim de Infância. 2018.

SAITO, C. H.; BASTOS, F. P.; ABEGG, I. Teoria-guias educacionais da produção dos materiais didáticos para a transversalidade curricular do meio ambiente do MMA. **Revista Iberoamericana de Educacion** (Online), v. 45, p. 124, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo um a sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. 174 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2004

SATO, M.; SILVA, R.; JABER, M. **Educação ambiental: tessituras de esperanças**. Cuiabá-MT: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018. 103 p. Disponível em: [http://editorasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2018/05/educacao\\_ambiental\\_tessituras-de-esperancas.pdf](http://editorasustentavel.com.br/wp-content/uploads/2018/05/educacao_ambiental_tessituras-de-esperancas.pdf). Acesso em: 12 jun. 2018.

SEMENSATO, Márcia Rejane. BOSA, Cleonice Alves. A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clínicas. In: SCHMIDT, C (org) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013

SILVA, Micheline. MULICK, James A. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. *Psicologia ciência e profissão*, 2009, 29 (1), 116 –

131. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2018

TAMAIIO, I. **A mediação do professor na construção do conceito da natureza: uma experiência de educação ambiental na Serra da Cantareira e Favela do Flamengo - São Paulo/SP.** 2000. 141p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor Profissional escolar,

Sou graduanda do curso de Pedagogia, na Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, estou realizando um estudo sobre a **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO**, que visa compreender a percepção dos docentes quanto às implicações desta relação no meio escolar.

Este estudo poderá fornecer meios para elaboração de novos conceitos sobre a relação da educação ambiental em contexto escolar, a promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento de alunos com autismo e, ainda, contribuir para formação continuada dos professores que trabalham dentro deste contexto. Para isso, solicito sua autorização para sua participação por meio de entrevista.

Esclareço que esta ação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isto não acarretará nenhum prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola, deixando claro que a sua identificação não será divulgada em nenhuma hipótese, os dados obtidos ficarão em sigilo e serão analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, poderá me contatar pelo telefone 99128-6049 ou o endereço eletrônico [paulasouza18@live.com](mailto:paulasouza18@live.com). Caso tenha interesse em conhecer os resultados da pesquisa, indique seu e-mail de contato.

Agradeço desde já sua colaboração e atenção.

Respeitosamente

Ana Paula Gomes de Souza

Graduanda de Pedagogia – UnB

---

Sim, autorizo a minha participação neste estudo

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO FINAL DE CURSO



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Aluna: Ana Paula Gomes de Souza

Matrícula: 140176624

Professora/Orientadora: Dra. Rita Silvana Santana dos Santos

Assunto: Roteiro de entrevista para elaboração de trabalho final de curso.

- 1 Como você percebe a Educação Ambiental no contexto escolar, em especial a desenvolvida na instituição em que atua?
  - Existe algum desafio e potencialidade? Em caso afirmativo, poderia comentar?
- 2 Como você percebe a educação inclusiva no contexto escolar, em especial a desenvolvida na instituição em que atua?
  - Existe algum desafio e potencialidade? Em caso afirmativo, poderia comentar?
- 3 Como avalia o desenvolvimento de alunos com autismo nas atividades envolvendo educação ambiental?
- 4 Para você, há alguma relação entre educação ambiental e educação inclusiva envolvendo crianças com autismo? Por quê?
- 5 Essa relação traz implicação ao processo ensino-aprendizagem envolvendo essas crianças? Por quê?
- 6 Comente um pouco sobre você:
  - a) Quanto a sua formação:
    - ( ) Graduação \_\_\_\_\_ ( ) Especialização/Pós-graduação \_\_\_\_\_
    - ( ) Mestrado \_\_\_\_\_ ( ) Doutorado \_\_\_\_\_
  - b) Participou de algum curso de aperfeiçoamento sobre:
    - ( ) Educação Ambiental ( ) Educação Inclusiva
    - ( ) Educação Inclusiva destinado ao trabalho com pessoas com autismo
  - c) Faixa Etária:
    - ( ) 20 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos
    - ( ) 51 a 60 anos ( ) mais de 61 anos

- d) Comente sobre o tempo de experiências educativas envolvendo alunos com autismo e o que destacaria nessa experiência.